

Artigo

Implementação do programa escola cívico-militar: os efeitos do dispositivo de terceirização

Implementation of the civic-military school program: the effect of the outsourcing device

Implementación del programa escuela cívico-militar: los efectos del dispositivo de tercerización

Juliana Boanova Souza Ferreira¹
Suelen Assunção Santos²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS, Brasil

Resumo

O processo de militarização das escolas públicas se atualizou, em 2020, a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Tal programa foi uma iniciativa do Ministério da Educação, visando a implementação de 216 Escolas Cívico-Militares no Brasil, até 2023, sendo gradativamente instauradas 54 por ano. Neste artigo, buscou-se problematizar a adesão voluntária da população para essa instauração. Para isso, foram utilizados conceitos pós estruturalistas de Michel Foucault, especialmente o seu conceito de dispositivo, e o filósofo Étienne de La Boetie e sua obra intitulada Discurso sobre a servidão voluntária. Neste ensaio pós estruturalista, embasados em conceitos foucaultianos, analisamos como o programa põe a funcionar um novo dispositivo, denominado Dispositivo de Terceirização. O Dispositivo de Terceirização emerge na atualidade para problematizarmos as escolhas dos sujeitos que, a partir do discurso da servidão voluntária, optam por terceirizar suas ações na sociedade. A partir dos dispositivos caracterizados por Foucault, foi realizada uma pesquisa no repositório de teses e dissertações da CAPES, visibilizando outros dispositivos que foram constituídos por demais autores. O objetivo foi capturar de que maneira os novos autores utilizaram o conceito em prol das demandas da atualidade. Como resultado, foi constatado que o Dispositivo de Terceirização atua no micro e no macro, e que o Brasil, com grande déficit educacional principalmente nas escolas públicas, opta por um reforço educacional que não foge do tradicional: a disciplinarização dos corpos.

Abstract

The process of militarization of public schools was updated, in 2020, by the National Program of Civic-Military Schools. This program was an initiative of the Ministry of Education aiming the implementation of 216 Civic-Military Schools in Brazil until 2023, with the gradual establishment of 54 per year. In this article, the voluntary accession of the population for this establishment was investigated. To do so, post-structuralist

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Doutora em Educação em Ciências. Membro do grupo de pesquisa em Educação Matemática e Contemporaneidade "GEEMCO". Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6789-2715>. E-mail: julianaboanovasouza@gmail.com.

² Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutora em Educação. Membro e vice-líder do Grupo de pesquisa em Educação Matemática e Contemporaneidade "GEEMCO". Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7658-8670>. E-mail: suelen.santos@ufrgs.br.



concepts by Michel Foucault were used, especially his concept of dispositive, and the philosopher Étienne de La Boetie and his work *Discourse on Voluntary Servitude*. In this post-structuralist essay, based in Foucauldian concepts, we analyzed how the program put a new dispositive to work, named Outsourcing Dispositive. The Outsourcing Dispositive emerges in present-day to problematize the subjects' choices that, from the discourse of voluntary servitude, opt for the outsourcing of their social acts. From the dispositives characterized by Foucault, a research in CAPES database of thesis and dissertations was made, making visible other dispositives that were constituted by other authors. The aim of this research was to capture in which ways the new authors used the concept in favor of today's demands. As a result, it was found that the Outsourcing Dispositive operates both in micro and macro, and Brazil, that has a great deficit in Education especially in public schools, opts for an educational reinforcement that does not stray from the traditional: the disciplinarization of bodies.

Resumen

El proceso de militarización de las escuelas públicas se actualizó en 2020 con el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares. Este programa fue una iniciativa del Ministerio de Educación, con el objetivo de implementar 216 escuelas cívico-militares en Brasil hasta 2023, estableciéndose gradualmente 54 por año. En este artículo, se buscó problematizar la adhesión voluntaria de la población a esta instauración. Para ello, se utilizaron conceptos posestructuralistas de Michel Foucault, especialmente el concepto de dispositivo, y la obra *Discurso sobre la servidumbre voluntaria*, del filósofo Étienne de La Boétie. En este ensayo posestructuralista, basado en conceptos foucaultianos, analizamos cómo el programa pone en funcionamiento un nuevo dispositivo, denominado dispositivo de tercerización. El dispositivo de tercerización emerge en la actualidad para problematizar las elecciones de los sujetos, quienes, mediante el discurso de la servidumbre voluntaria, optan por tercerizar sus acciones en la sociedad. A partir de los dispositivos caracterizados por Foucault, se realizó una investigación en el repositorio de tesis y disertaciones de la CAPES, visibilizando otros dispositivos que fueron constituidos por otros autores. El objetivo fue captar de qué manera los nuevos autores utilizaron el concepto a favor de las demandas de la actualidad. Como resultado, se constató que el dispositivo de tercerización actúa en lo micro y en lo macro, y que Brasil, con un gran déficit educacional, principalmente en las escuelas públicas, opta por un refuerzo educacional que no se aleja de lo tradicional, es decir, la disciplinarización de los cuerpos.

Palavras-chave: Dispositivo de Terceirização, Servidão voluntária, Programa escola cívico-militar.

Keywords: Outsourcing dispositive, Voluntary servitude, Program civic-military school.

Palabras clave: Dispositivo de tercerización, Servidumbre voluntaria, Programa escuela cívico-militar.

1. Introdução

No ano de 2020, acompanhamos o processo de militarização das escolas públicas, que surgiu a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Tal programa foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que, fortalecido pelo governo de então, juntamente com o Ministério da Defesa, “apresentou um novo conceito de gestão na área educacional, didático-pedagógica e administrativa”³, contando com a participação do corpo docente

³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>. Acesso em: 09 jun. 2024.

que já havia nas escolas e com o apoio dos militares. A proposta, que foi aprovada, previa a implementação de 216 escolas cívico-militares em todo o país, até 2023, sendo instauradas, gradativamente, 54 instituições por ano.

Segundo o Ministério da Educação, a proposta tem como objetivo aprimorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, fundamentando-se no discurso do “alto nível” dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. O discurso de alto nível dos colégios que aderiram a essa vertente é proliferado pela mídia e legitimado pelos índices de aprovações em exames nacionais. O funcionamento pedagógico das escolas cívico-militares tende a ser similar ao dos Colégios Militares, em que os militares atuam no apoio à gestão escolar e na gestão educacional, enquanto o trabalho didático-pedagógico é realizado dos professores e de demais profissionais da educação.

Segundo o MEC, a adesão ao programa nas escolas públicas é voluntária, porém tais instituições devem atender a alguns critérios, como evidenciar situação de vulnerabilidade social e baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); localizar-se, preferencialmente, na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; oferecer as etapas do Ensino Fundamental II e/ou do Médio e, preferencialmente, atender de 500 a 1000 alunos nos dois turnos. Além disso, é preciso que a implantação do modelo tenha a aprovação da comunidade escolar para (Brasil, 2021).

Neste artigo, problematizaremos a adesão voluntária da população para a instauração do projeto cívico-militar. Para isso, embasamo-nos em estudos hiper-críticos, nos conceitos de Michel Foucault, especialmente no de dispositivo, e no filósofo Étienne de La Boétie e sua obra intitulada *Discurso sobre a Servidão Voluntária*.

Como resultados, capturamos a emergência de um novo dispositivo, denominado Dispositivo de Terceirização, que emerge na atualidade e opera como ferramenta analítica para problematizarmos as escolhas dos sujeitos que, a partir do discurso da servidão voluntária, optam por terceirizar suas ações na sociedade. Para caracterizarmos a emergência desse dispositivo, aprofundamo-nos no conceito em diferentes perspectivas, realizando uma pesquisa documental na plataforma CAPES, a fim de mapear outros dispositivos. Também realizamos uma análise da mídia, pesquisando na plataforma Google reportagens sobre os índices das Escolas Militares, enfocando o site jornalístico G1, que apresentou a reportagem mais atual.

2. O processo de disciplinarização dos corpos versus a servidão voluntária

O sistema educacional militar é estruturado segundo um diagrama próprio, cujo elemento central é a disciplina, gerando relações intensas de poder. Essa “disciplina” é uma técnica destinada a controlar detalhadamente as operações corporais, impondo uma constante sujeição, que resulta em uma relação de docilidade e utilidade. A análise contemporânea do sistema militar revela-se uma abordagem valiosa para desvendarmos as múltiplas dimensões que caracterizam essa forma de educação. Explorar o poder disciplinar intrínseco às instituições militares requer uma perspectiva analítica aguçada; por essa razão, adotamos a teoria foucaultiana como base de nossas problematizações.

Segundo Foucault (1997), a disciplina se diferencia da escravidão, da domesticidade e do ascetismo monástico porque não se funda no apoderamento dos corpos, nem ampara uma relação de dominação constante ou exige renúncias que engenham obediência. Ao contrário, trata-se de uma técnica que manipula o corpo humano, não apenas para ampliar suas habilidades ou intensificar sua submissão, mas para estabelecer uma dinâmica em que a utilidade e a obediência se intensificam mutuamente. Foucault (1997) descreve a “anatomia política” como uma “mecânica do poder”, que estipula como dominar o corpo alheio não apenas para fazer o que se deseja, mas para operar de maneira desejada, com técnicas específicas e com a rapidez e eficácia predeterminadas. O Programa Escola Cívico-militar ilustra a presença constante de elementos de controle, continuamente adaptados às necessidades contemporâneas. Esse mecanismo de disciplina, ao moldar os corpos, também estabelece padrões para os indivíduos. Tal regulação é evidente no dia a dia dos alunos de escolas de orientação militar. Entre os exemplos, estão o uso obrigatório de uniformes; a participação dos estudantes em formaturas e cerimônias militares, organizados em fileiras; a aplicação de insígnias e condecorações nos uniformes; a organização dos alunos em séries que refletem graus hierárquicos; e práticas comuns aos militares, como a exigência de prestarem continência a superiores hierárquicos (Nogueira, 2014). No contexto militar, o uso de uniformes tem o propósito de uniformizar a aparência e despersonalizar o indivíduo, que, ao ser “incorporado” à instituição, é identificado por um número que se torna sua nova “identidade”. Com o tempo, seu posto ou graduação passam a preceder seu “nome de guerra”. Quando uma pessoa entra no sistema militar, é submetida a uma maquinaria de poder que a desmonta, analisa e, depois, reestrutura-a. Segundo Foucault (1997), a coerção disciplinar estabelece no corpo a ligação coerciva entre uma aptidão e uma dominação:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (Foucault, 1997, p. 136).

Realizar uma pesquisa em uma instituição militar proporciona a oportunidade de questionarmos tanto a visibilidade quanto os discursos que formam subjetividades, influenciando modos de ser, pensar e agir, dentro e fora do ambiente escolar. Isto é, a formação do aluno militar desafia uma rede discursiva que estabelece relações de poder, molda identidades e valida o sistema educacional militar.

Por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isso constitui um ‘bloco’ de capacidade-comunicação-poder. A atividade, que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de outros tipos de comportamento, aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, perguntas e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do ‘valor’ de cada um e dos níveis de saber) e

através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal) (Foucault, 1995, p. 15).

Essa rede discursiva, fortalecida por discursos amplamente disseminados pela mídia, subjuga pais e estudantes, persuadindo-os com estatísticas que legitimam a alegada superioridade do ensino militar. Há várias maneiras pelas quais se promove a noção de superioridade intelectual dos alunos desse sistema; contudo, essa suposta superioridade baseia-se exclusivamente na validação proporcionada por índices numéricos e conteudistas, que, efetivamente, mantêm os estudantes no topo dos rankings em provas e outros processos avaliativos que priorizam conhecimentos específicos. Podemos afirmar que o sujeito estudante de uma escola de regime militar está disposto a participar dessa rede discursiva e se voluntaria para sua própria docilização. Em prol do sucesso acadêmico, dispõe-se à submissão aos superiores, à utilização de uniforme, à descaracterização de sua personalidade, à performance perante os rituais militares, à perda da liberdade, ao cumprimento de ordens (sendo acadêmicas, didático-pedagógicas ou disciplinares/comportamentais), ao cumprimento de tarefas, às interdições discursivas (assuntos como sexualidade e política), a regras de diversos níveis. Ou seja, opta por tornar-se um corpo padrão, de normalidade entre os estudantes. Assim, vale problematizarmos: o que leva pais e estudantes a optarem por esse modelo de ensino? Qual o efeito dessa chamada servidão voluntária? Como podemos caracterizar o dispositivo, quais os arquivos, documentos, materialidades, verdades, práticas discursivas e não discursivas que operam na produção de verdades legitimadas a partir dos embates de poder, que dão condição de possibilidade à implementação dessas escolas cívico-militares?

*

Para darmos conta dessas problematizações, abordamos, primeiramente, o conceito de liberdade, levando em consideração o conjunto de regras a que anteriormente já demos visibilidade, que contém o sistema de ensino militar. A luta pela liberdade sempre esteve presente na história da humanidade, sendo essa palavra rica em significados e estando, com muita frequência, presente na atualidade. A bandeira do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem como lema “Liberdade, Igualdade e Humanidade”.

Segundo Paradela, Pifano e Costa (2020), a busca pela liberdade é vista como uma característica própria dos seres humanos. Desta forma, práticas que limitam a liberdade e submetem indivíduos a outros ou a sistemas opressores devem, necessariamente, ocorrer através da coerção e da ameaça, ou com o oferecimento de vantagens em troca de certas restrições.

No decorrer da história, grupos sociais e povos sofreram suplícios, aplicados com vistas à afirmação de um poder maior, que se utilizava de sua força para impor suas estruturas e preservar seus interesses.

Tais suplícios não necessariamente tinham caráter físico, podendo, como lembra Foucault (2014), assumir o caráter de uma gama diversificada de sofrimentos, muitas vezes manifesta em rituais voltados à afirmação dos poderes que alguns exercem sobre outros. Fosse da forma como fosse, legal ou não, explícita ou dissimulada, física ou psicológica, individual ou coletiva, a

dominação ocorreria, a princípio, em decorrência de algum tipo de imposição violenta contra a qual o indivíduo não teria meios de reação. (Paradela; Pifano; Costa, 2020, p.3)

Descaracterizando essas suposições, o filósofo francês Étienne de La Boétie (1530-1563) realizou um estudo minucioso sobre a intitulada servidão voluntária, explicando que muitas pessoas se submetem a situações de opressão, submissão e exploração por vontade própria ou, ao menos, aceitam-nas sem oferecer qualquer resistência, podendo ainda demonstrar satisfação. Sua obra analisa a obediência civil a tiranias, e procura decifrar como é possível que alguém consinta com sua própria escravidão. Observou que algumas pessoas veneram seus opressores, como se estivessem encantadas, a tal ponto que passam não apenas a tolerar como até a apreciar as pessoas que as controlam e os sistemas injustos nos quais estão inseridas. Segundo Paradela, Pifano e Costa (2020, p. 3), “covardes gostariam de lutar contra o que os prejudica, mas não têm força ou coragem suficientes. Os servos voluntários gostam de ser dominados, por mais injustos que sejam os mecanismos opressores que sobre eles agem.”

La Boétie teve a intenção de criticar os poderes autoritários, com a esperança de ajudar a enfrentá-los. Assim, não apenas condenou os governos opressores, como muitos outros já haviam feito, mas também acrescentou mais detalhes: a percepção de que as tiranias só se mantêm quando têm a aprovação do povo, quando a população aceita a própria opressão.. Passou a investigar o enigma da obediência civil, a força que impele a sociedade a submeter-se à autoridade de governos formados por pequenas elites, que exercem o poder de maneira prejudicial aos interesses da maioria.

La Boétie (2017) enfatiza que o hábito, que são os costumes enraizados ao longo do tempo, é a principal razão para a aceitação da tirania. Na formação moral, frequentemente os indivíduos são instruídos pelos progenitores a adotar estruturas opressivas e, por meio de uma engenharia ideológica astuta, são induzidos a crer na sabedoria e justiça dos tiranos, muitas vezes enxergando até mesmo ações benevolentes em suas condutas. Assim, embora possua a capacidade de insurgir e subverter a tirania, o povo acaba por abdicar de suas liberdades, aceitando naturalmente seu sofrimento e, conseqüentemente, sendo conduzido a uma aceitação inerte ou até mesmo ao enaltecimento dos sistemas que o subjagam.

São, portanto, os próprios povos que se deixam ou, ainda, se fazem maltratar, pois ao pararem de servir estariam livres; é o povo que se subjuga, que corta a própria garganta, que, podendo escolher entre servir ou ser livre, abandona a liberdade e toma o jugo, que consente com seu infortúnio e até mesmo o busca (La Boétie, 2017, p. 39).

Segundo o filósofo, a liberdade é o único bem pelo qual os homens não anseiam, por nenhum outro motivo senão o fato de que, se a desejassem, eles a teriam. É como se os homens se recusassem a lutar por essa bela conquista simplesmente porque é muito fácil.

Sobre os tiranos (governantes), La Boétie afirma que existem três tipos: uns têm o reino por eleição do povo; outros, por força das armas; e outros, pela sucessão de sua raça. Para o autor,

Aquele que tanto vos domina não tem senão dois olhos, duas mãos e um corpo, e em nada difere do homem ordinário de nossas grandes e infinitas cidades, exceto pela vantagem que

vós lhe concedeis para vos destruir. Donde ele tiraria os tantos olhos com que vos vigia se não consentísseis? Como dispõe de tantas mãos para vos injuriar se não as toma de vós? Os pés com que pisa em vossas cidades, donde ele os tira, se não vos pertencem? Como é possível que tenha algum poder sobre vós senão por meio de vosso consentimento? (La Boétie, 2017, p. 42).

Ou seja, o filósofo exemplifica o processo de servidão mostrando o quanto as pessoas submetem-se a ele por vontade própria, permitindo a dominação. Quando o sujeito é dominado, inevitavelmente, oprime-se, inferioriza-se, consente com sua objetificação e, assim, define-se.

Desse modo, para Paradela, Pifano e Costa (2020), Historicamente, podemos deduzir que a identificação e o sentimento de pertencimento geram uma sensação de comunidade, que proporciona proteção e apoio aos seus membros. “O outro não detém os mesmos direitos, as mesmas dores porque é configurado como outro, o ínfimo, o menos homem e, amiúde, consente com tal condição.” (p. 6) Antes mesmo de se reconhecer como indivíduo, já tem delineado seu papel e sua função na sociedade; contudo, o existencialismo posiciona o ser humano como o arquiteto de seu próprio destino, responsável por suas ações e pela construção de sua própria identidade. Isso enfatiza que na ausência dos conceitos condicionantes da sociedade que o definem, o ser humano se torna o criador dessa realidade, ou seja, o arquiteto de sua própria essência.

Logo, em outras palavras, as pessoas submetem-se a fim de se sentirem parte de algo, protegidas e amparadas por alguém. Pelo raciocínio, é menos dolorido seguir ordens e ter alguém no poder, que dita e ordena o certo ou o errado, o que se deve fazer ou não, do que realizar suas próprias ordens, fazer suas escolhas e exercer a prática da liberdade.

O conceito de liberdade, na perspectiva foucaultiana, não é algo definido. Não há, em Foucault, uma teoria sobre liberdade. Porém, as problematizações sobre o conceito de liberdade aparecem em Vigiar e Punir (por 57 vezes, no sentido de contextualizar o mecanismo de punição das prisões, que opera na privação da liberdade) e em outras discussões, por exemplo, nas práticas de si (cuidado de si), destacando um trabalho genealógico da ética, presente nos dois últimos volumes da História da Sexualidade. “As técnicas de si vinculam-se às técnicas de governo e administração dos outros” (Sampaio, 2011, p. 223).

Já nas obras História da Sexualidade I e II, o conceito de liberdade se faz presente para enfatizar a liberdade sexual. Em História da Sexualidade I, o conceito aparece 11 vezes, e o autor aborda a liberdade no contexto de conhecer sobre o sexo e de ter o direito de falar sobre ele. Em História da Sexualidade II, o conceito emerge 33 vezes, em referência à prática dos prazeres, ou seja, à prática sexual como um todo. Nessa liberdade, contida nas práticas dos prazeres, os sujeitos não são condenados, mas estão na vida do casamento, em que existem regras e costumes que os impedem de terem relações sexuais extraconjugais.

Nesse sentido, Foucault (1994, p. 712) estabeleceu uma relação imanente entre liberdade e ética segundo a qual “a liberdade é condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida que toma a liberdade: a ética como exercício da liberdade. “O cuidado de si foi, no mundo greco-romano, o

modo no qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto – refletiu-se como ética”.

Segundo Sampaio (2011), na sociedade contemporânea, é comum ouvir que o direito de alguém começa quando o do outro termina, que a liberdade se inicia quando a política acaba (visto as diversas experiências em que o mando político preponderou excessivamente), parecem no mínimo estimulantes as palavras de Foucault para se pensar uma efetividade democrática (Sampaio, 2011, p. 224).

Porém, mesmo assim, não é possível situar Foucault no cenário político tradicional e tal enquadramento não invalida, contudo, o entendimento desse filósofo como um “defensor” austero do exercício da liberdade, um pensador que se refugava a ser classificado e identificado pelo poder.

Segundo Sousa Filho (2007),

Foucault nos deixou problematizações sobre a liberdade mesmo quando tudo na paisagem de seus textos era só controle, domesticação, cerceamento. Problematizações que continuam como marcos para pensar nossa atualidade política, moral, filosófica. Foucault inventa uma filosofia que liberta a nossa própria existência de nós mesmos ou da prisão de nossa “subjetividade”, que, social e historicamente construída, é, entretanto, vivida como uma substância natural e universal (Sousa Filho, 2007, p. 4).

Sousa Filho (2007, p. 4) afirma, ainda, que “Foucault é um exemplo do que chamamos de uma concepção construcionista crítico-radical, e seu construcionismo torna-se um apelo crítico às liberdades instauradoras de novas construções, novos pensamentos”.

Dessa forma, a partir do pensamento foucaultiano sobre o conceito de liberdade, e relacionando-o ao discurso da servidão voluntária, problematizamos: quais as condições históricas, os discursos, as práticas que assujeitam e/ou subjetivam os sujeitos a ponto de optarem pela submissão, e não pela liberdade?

3. Os efeitos de um dispositivo

“Escolas militares se destacam entre as 30 melhores do país no Ideb”⁴: esse é o título de uma notícia divulgada no portal G1, da empresa Globo.com. A notícia aparece quando pesquisamos o termo “colégios militares” na plataforma Google. Afirmações como essa, presente em um veículo de comunicação não científico, permeiam os discursos educacionais e vêm sendo pauta de discussões sobre a inserção, com maior força, do militarismo na educação brasileira. O objetivo da notícia é exaltar a vertente militarista na educação e dar visibilidade ao aspecto conteudista.

Notícias como essa, que são (re)produzidas pela mídia e nela proliferam, demonstram como as práticas, na perspectiva de Foucault (2010), possibilitam teorias e todo um jogo de verdade sobre o militarismo na educação do Brasil. O portal G1 dá visibilidade ao efeito de práticas discursivas que hoje constituem um saber sobre o militarismo na educação, produzindo uma rede científica que se configura e reconfigura em novos arranjos de poder.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/escolas-militares-se-destacam-entre-30-melhores-do-pais-no-ideb.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Ao mesmo tempo em que essa proliferação discursiva faz sobressair as escolas de vertente militar, fragiliza outras instituições, que não têm essa vertente. Recentemente, apareceram investimentos para ampliar quantitativamente as escolas militares, com a instauração do Projeto Escolas Cívico-Militares. Junto a isso, surgem discussões e problematizações sobre a dita “qualidade” do ensino nas escolas militares e sobre o “reforço”, que servem de bandeira para o novo projeto. Esses deslocamentos parecem servir como operadores de um dispositivo no sentido foucaultiano.

O conceito de dispositivo é útil, pois abrange leis, normas, imagens e práticas discursivas e não discursivas que o constituem. Ao utilizarmos o conceito de dispositivo como forma de pesquisar o militarismo na educação e os processos de subjugação do sujeito, realizando problematizações e análises, precisamos definir qual dispositivo está ao nosso alcance e de acordo com as demandas sobre o assunto. Trata-se de um dispositivo específico, diferente dos existentes, já definidos, levando em consideração as discussões sobre liberdade e servidão voluntária e, principalmente, enfocando a satisfação em ser subjugado e a escolha por ceder o cuidado de si ao outro. Assim, denominaremos esse dispositivo como Dispositivo de Terceirização, que é a ferramenta capaz de auxiliar a responder a tal urgência da atualidade.

*

Para melhor caracterizarmos o Dispositivo de Terceirização, aprofundamo-nos no conceito de dispositivo foucaultiano e realizamos um mapeamento dos dispositivos já existentes, partindo daqueles abordados pelo próprio Michel Foucault e, adiante, descrevendo aqueles encontrados em pesquisas atuais.

Primeiramente, destacamos que este conceito emerge quando Foucault sente a necessidade de investigar o poder, explorando a interação entre o discursivo e o não-discursivo. Assim, podemos entender o dispositivo como um objeto de análise genealógica. Um estudo genealógico visa entender como os conflitos de poder possibilitam (ou não) o surgimento e a legitimidade de certos discursos.

Para Foucault, o conceito de dispositivo emerge após os conceitos de positividade e episteme e a partir deles. O filósofo caracteriza o conceito de episteme a partir do dispositivo, no movimento teórico entre a arqueologia e a genealogia: “a épistémè é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos” (Foucault, 2010, p. 246). O dispositivo é desenvolvido por Foucault e utilizado a partir dos anos 1970, fase em que o autor começa a desenvolver problematizações sobre o governo das almas e condutas (como governar/ ser governado/ governar os outros), utilizando-o, principalmente, em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*.

O dispositivo é uma prática mais ampla do que a episteme, envolvendo arranjos de poder dispersos no dia a dia. Ele capacita a formulação de afirmações, negações, teorias e um complexo jogo de verdade, visível nas práticas discursivas. O embate entre discursos pode resultar na contestação que desmantela, altera ou até mesmo derruba um dispositivo, abrindo espaço para a emergência de outros.

Um dispositivo pode ser entendido como uma configuração específica de conhecimento e formas de exercício do poder, que desempenha função estratégica em relação a questões consideradas cruciais em determinado momento histórico (Foucault, 2010). Ao operar estrategicamente, um dispositivo age de maneira racional no campo de forças em que está inserido, buscando direcioná-las, bloquear certos caminhos e utilizá-las em favor de seus objetivos. No entanto, a natureza móvel, instável e heterogênea dessas forças, bem como a inevitável tensão resultante de sua confrontação – devido aos efeitos de resistência que ela gera – torna incerta a estabilidade de um dispositivo (Foucault, 1997). Isso exige rearranjos permanentes em sua estrutura, provocando fissuras nos estados de dominação que o dispositivo procura estabelecer.

Para Fernandes (2012), o dispositivo está diretamente relacionado ao poder, e, dessa forma,

Envolto pelo poder, o dispositivo aciona o saber e todo um conjunto de leis, direitos, regulamentos, práticas, e institucionaliza esse conjunto revestindo-o com um estatuto de verdade. Daí uma relação do dispositivo com a verdade (ou vontade de verdade), que o leva a atuar na produção da subjetividade dos discursos. (Fernandes, 2012, p. 67-68)

O autor argumenta que o dispositivo não é uma entidade estática, mas um resultado alcançado por seu funcionamento. O dispositivo de saber e poder é composto por regimes de verdade que se manifestam na esfera social, delineando a distinção entre verdade e falsidade. Nesse sentido, “é imanente aos acontecimentos históricos e, juntamente com o dispositivo do qual é efeito, sofre as determinações da história” (Fernandes, 2012, p. 68).

Por sua vez, Agamben (2005) defende que o dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento foucaultiano quando se trata de definir a “governabilidade”. Logo,

Um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (um *reseau*, uma “rede”) porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que, em certa sociedade, permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico, daquilo que não é científico. (Agamben, 2005, p. 9-10)

Castro (2009), em sua obra *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, salienta cinco características do dispositivo: 1) uma rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos; 2) o estabelecimento da natureza de nexos que pode existir entre esses elementos; 3) uma formação que responde a uma urgência histórica; 4) sua forma de definição, por uma gênese; e 5) sua permanência.

Deleuze (1996) amplia e reorganiza esses conceitos, definindo o dispositivo como resultado de uma urgência histórica e caracterizando-o por sua natureza multilinear e sua articulação como condição para permanência. O conceito multilinear de Deleuze, conforme descrito por Castro (2009), representa uma rede de relações e interconexões entre elementos heterogêneos. O dispositivo, para Deleuze (1996), está intrinsecamente ligado às práticas, atuando como um aparelho ou ferramenta que molda e organiza os sujeitos.

Essa grade multilinear, fundamentada nos pilares do saber, poder e modos de subjetivação, é composta por diferentes linhas de natureza.

Além disso, Deleuze (1996) identifica as dimensões e linhas de força que compõem um dispositivo. Descreve duas dimensões principais, as “curvas de visibilidade” e as “curvas de enunciação”, que representam as máquinas de fazer ver e fazer falar, respectivamente. A visibilidade é entendida como a distribuição de luz sobre objetos, tornando-os visíveis ou invisíveis, enquanto os enunciados distribuem variáveis definidas pelos regimes a que pertencem. De acordo com Deleuze (1996), esses regimes não são nem sujeitos nem objetos, mas estruturas definidas pelo visível e pelo enunciável, com suas respectivas derivações e transformações.

Deleuze (1996) também destaca uma terceira dimensão do dispositivo, composta por linhas de força formadas pelo saber e pelo poder. Essas linhas espaciais entrelaçam-se de um ponto a outro, estabelecendo conexões dinâmicas entre o ver e o dizer, pois

agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha. A linha de forças produz-se «em toda a relação de um ponto a outro» e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é totalmente desenredável. (Deleuze, 1996, p. 2)

Em suma, como ferramenta analítica, o conceito de dispositivo é desenvolvido por Foucault em sua obra *História da Sexualidade*, especialmente em *A vontade de saber* (conceito abordado 116 vezes), em que insere o conceito do dispositivo de sexualidade. O autor argumenta que a sexualidade é um elemento essencial que nenhum sistema de poder moderno pode ignorar ou deixar de lado. A sexualidade não é algo que o poder teme, mas sim algo que é usado para exercê-lo. As proibições não representam a essência do poder; são apenas os seus limites, as formas onde ele encontra obstáculos. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas. O autor se concentra nos efeitos do poder e na criação da "verdade", promovendo a ideia de "ideologia" para explicar distorções que impedem discursos autênticos e para ilustrar a conexão entre pensamento e relações de produção, resultando numa economia do não verdadeiro.

Foucault, ao contrário, dedicou-se a investigar o que está velado nas dinâmicas de poder, abrangendo não apenas as estruturas estatais. Para ele, sempre que existe uma dinâmica de poder, também há a chance de resistência. Isso significa que é sempre possível alterar uma situação de dominação, desde que certas condições sejam atendidas e uma estratégia apropriada seja empregada.

É a partir do dispositivo de sexualidade que Foucault, na entrevista que presta à International Psychoanalytical Association (IPA), explicita o conceito como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244)

Nas relações de poder, a sexualidade se configura como um dos elementos de maior instrumentalidade. Sua utilização se dá em uma vasta gama de manobras, articulando-se às mais diversas estratégias. A sexualidade, enquanto dispositivo, relaciona-se com a economia por meio dos corpos, valorizados como objetos de saber e poder. O poder, ao penetrar nos corpos, controla as populações de forma global, transformando a sexualidade em um dispositivo de sujeição milenar.

A narrativa que envolve a sexualidade começou primeiramente no contexto do corpo e apenas depois se falou sobre o sexo, mais especificamente após o século XVIII. Segundo o autor, “a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal.” (1997, p.168).

*

A partir desses dispositivos, aqui descritos conforme caracterizados por Foucault ao longo de sua obra, realizamos uma pesquisa no repositório de teses e dissertações da CAPES, com o intuito de identificar dispositivos constituídos por outros autores. Nosso objetivo era verificar como novos autores vinham utilizando o conceito em prol das demandas da atualidade e, a partir deles, caracterizarmos o novo. O quadro a seguir contém os filtros utilizados para escolha das pesquisas mencionadas adiante. Inicialmente, o filtro utilizado foi a palavra “dispositivo”.

Tabela 1 - Resultado de pesquisa na plataforma CAPES

Filtro	Quantidade
Dispositivo	12612
Doutorado (teses)	3357
Educação	118
Área de concentração	89
Novos dispositivos	11
Dispositivos utilizados na caracterização do Dispositivo de Terceirização	10

Fonte: 1 As autoras (2022)

Das 22 teses encontradas, iremos destacar os 10 dispositivos encontrados, descrevendo-os. Vale destacar que em 12 das pesquisas não há a criação de novos dispositivos, apenas a utilização do conceito foucaultiano.

Tabela 2 - Dispositivos de relevância para a pesquisa

Dispositivo ortopédico social	Atua na inclusão escolar. (LOPES, 2013)
-------------------------------	---

Dispositivo do compromisso	Atua por meio de mecanismos de governo das instituições escolares do país para dar conta do que é produzido discursiva e praticamente como a qualidade da educação pública brasileira. (SANTOS, 2016)
Dispositivo Psicogenético	Atua na alfabetização brasileira. (CARMINI, 2015)
Dispositivo bicha	Atua como um método particular de regulação, individual e populacional (da população LGBT), desenhado a partir das especificidades dessa população nas prisões. (PASSOS, 2019)
Dispositivo de intersetorialidade	Atua operando nas formas de governar por meio de práticas intersetoriais nas escolas. (SANTAIANA, 2015)
Dispositivo de medicalização	Atua na dimensão histórica e conceitual, mostrando que a produção de subjetividades anormais está relacionada intimamente ao ato de transformar ações humanas em desvios, distúrbios e déficits. (CHRISTOFARI, 2014)
Dispositivo Moralitúrgico	Atua como função estratégica de construir uma fisiologia dos sujeitos escolares, incitando-os a questionarem, fiscalizarem, espreitarem, vigiarem a si e aos outros balizados pela moral cristã. (HORN; LOGUERCIO, 2021)
Dispositivo de visibilidade	Atua como um instrumento de descrição da necessidade de se inserir mulheres no campo científico. (PEREIRA; LOGUERCIO, 2019)
Dispositivo etnomatemático	Atua como forma de governo, operando reapropriando estilos de vida singulares em um modo de existir etnomatemático. (BAMPI, 2003)
Dispositivo de numeramentalidade	Atua nas práticas avaliativas em larga escala, mais especificamente, na Avaliação Nacional da Alfabetização, produzindo visibilidades e dizibilidades sobre a alfabetização das crianças através dos jogos de verdade das estatísticas e dos processos classificatórios, em articulação com discursos pedagógicos e psicológicos, produzindo tipos de sujeito e subjetividades numeramentalizadas. (SPERRHAKE, 2016)

Fonte: 2 As autoras (2022)

Logo, a partir dos dispositivos encontrados, iremos caracterizar o dispositivo de terceirização, considerado a nova tecnologia do Poder da atualidade.

4. O dispositivo de terceirização



Os dispositivos citados anteriormente têm emergência histórica em sua época e são munidos de arquivos, documentos, discursos, materialidades, bem como de práticas discursivas e não discursivas. O Dispositivo de Terceirização não é diferente, pois também emerge de uma urgência da atualidade e opera na implementação do Projeto Cívico-Militar; suas características, porém, abrangem, além da educação militar, outros discursos, práticas e legislações.

Terceirização⁵ significa contratar terceiros para realizar serviços, com o objetivo de reduzir custos, economizar recursos, agilizar e desburocratizar o processo administrativo de uma empresa. A definição também se refere a uma forma de organização que permite a uma empresa transferir suas atividades-meio (aquelas que não têm relação direta com sua atividade principal) para outra empresa, com o objetivo de liberar mais recursos para sua atividade-fim (a principal atividade da empresa).

Podemos relacionar a empresa à escola quando tratamos dos efeitos do Dispositivo de Terceirização. No Programa Cívico-Militar, o Dispositivo de Terceirização Pedagógico trata a disciplina não como a atividade principal, pois a terceiriza aos militares, da mesma maneira que terceiriza a educação dos estudantes que necessitam de atendimento especial (inclusão ou defasagem de aprendizagem). Então, as atividades-meio da escola podem ser, por exemplo: a psicologização do cotidiano escolar (entrega da escola a psicólogos); medicalização do cotidiano escolar (entrega da escola a médicos psiquiatras); militarização do cotidiano escolar (entrega da escola a militares); privatização do cotidiano escolar (entrega da escola à família). Problematizamos: qual seria a atividade-fim das escolas cívico-militares?

Os efeitos desse dispositivo são diversos e podem ser capturados em situações cotidianas que fogem à escola cívico-militar. Desse modo, problematizamos um sentido mais amplo, em que percebemos o Dispositivo de Terceirização em funcionamento: o governo. Todas as civilizações, segundo La Boétie (2017), tem um governante, um tirano. Em diferentes tempos históricos, em tempos de Monarquia ou de República, sempre houve um lugar de poder, em que uma minoria controla a maioria. A sociedade pertence a uma rede discursiva em que os sujeitos são regulados e disciplinados por meio de legislações.

O que nos interessa na pesquisa é analisar o Dispositivo de Terceirização em funcionamento no Projeto Cívico-Militar. A rede traçada por tal dispositivo é composta por elementos dispostos em abundância (como bandeira do Brasil, quadros na parede, canto do hino, presença de militares, composição dos uniformes, disposição dos corpos em fila, palavras, sons e documentos), que dialogam entre si e formam uma saliência evidenciada pelo dispositivo. Constituído por diversos elementos, essas engrenagens põem a terceirização em movimento, e os estudantes falam em nome da engrenagem que regula e é regulada por práticas, que constituem a (re)produção disciplinadora de condutas. Logo, o dispositivo tem função estratégica de interpelar os sujeitos escolares, para que terceirizem suas condutas, suas vontades, seus governos.

Os efeitos do dispositivo, por trás dos muros da escola cívico-militar, são diversos, e o principal pode ser considerado pela própria instauração do projeto. As condições de possibilidade para a emergência do projeto atualmente, considerando-se a aprovação, pela comunidade, da instauração desse sistema

⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/terceirizacao/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

militarista nas escolas públicas, são um efeito do Dispositivo de Terceirização. A escola, o corpo docente e o estudantil, a comunidade, quando implementam o regime militar, estão terceirizando as condutas da educação básica ao militarismo. A comunidade, ao efetuar essa escolha, submete-se a uma nova rede discursiva, em que os estudantes sofrem o maior efeito, o de se constituírem como um molde do governo.

Outra engrenagem desse dispositivo são as legislações que o regem, entre as quais destacamos o Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019⁶, que institui o programa, e também as portarias que regulam sua execução: Portaria MEC n. 2.015, de 20 de novembro de 2019⁷; Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020⁸; Portaria n. 40, de 22 de janeiro de 2021⁹; Portaria n. 925, de 24 de novembro de 2021¹⁰; Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021¹¹. Nesse emaranhado de legislações, porém, salientamos que cada escola tem seu próprio projeto político-pedagógico, que regula todas as normas da instituição.

Terceirizar a disciplina e a conduta estudantil aos militares é outro efeito do dispositivo. Quando o professor encontra-se com um aluno indisciplinado, automaticamente o encaminha à coordenação da escola, ou, até mesmo, à direção, terceirizando o problema (o dispositivo opera no micro e no macro).

⁶ Disponível em:

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria MEC n. 2.015, de 20 de novembro de 2019.** Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2953/portaria-mec-n-2.015>. Acesso em: 07 jun. 2024.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07 mar. 2022.

⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria n. 40, de 22 de janeiro de 2021.** Altera a Portaria MEC n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3443/portaria-mec-n-40#:~:text=Altera%20a%20Portaria%20MEC%20n%C2%BA,Munic%C3%ADpios%20e%20no%20Distrito%20Federal>. Acesso em: 15 jun. 2024.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 925, de 24 de novembro de 2021. Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 44, nov. 2021. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Nov/25/para-conhecimento-geral/ibge-portaria-no-400-de-23-de-novembro-de-2021-divulga-a-tabua-completa-de-mortalidade-ambos-os-sexo>. Acesso em: 15 jun. 2024.

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 205, p. 56, out. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 07 jun. 2024.

Voltando às problematizações iniciais, questionamo-nos: por que a emergência do militarismo na educação na atualidade? A resposta não é tão clara, mas é visível. A disciplina, e a regulação dos corpos estão no plano do conhecido. Logo, o reforço educacional vem de um solo estável, que funciona ao passar das épocas. O tradicional é conhecido; o desconhecido causa medo, instabilidade, incerteza, insegurança, e, nesse viés, torna-se mais produtivo instaurar um regime já conhecido, e não um regime novo, com autonomia e liberdade, pois esse não é confortável, conhecido.

Quando o sistema foge ao conforto do conhecido, muitas vezes é visto com maus olhos, com críticas e desaprovações. Por exemplo, uma sociedade que critica a dominação é definida como uma sociedade anarquista¹².

Após o governo ter recebido algumas críticas por parte de estudantes e docentes de universidades federais, a mídia¹³ divulgou a definição, pelo então ministro da educação, de que tais universidades “promoviam balbúrdia”. Vale destacarmos que as universidades federais são públicas e não têm a vertente militarista, e a disciplina como conduta não é seu discurso da ordem.

5. Considerações finais

Neste artigo, buscamos dar luz a um novo dispositivo, chamado Dispositivo de Terceirização, que vem operado no Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) e pode ser considerado uma tecnologia que constitui sujeitos. Para abordarmos a instauração do referido programa, utilizamos o conceito de servidão voluntária, de Etienne de La Boétie, a fim de problematizarmos a adesão voluntária da comunidade ao Programa. Junto desse conceito, também exploramos a questão liberdade x servidão.

Após a discussão aqui proposta, emerge o Dispositivo de Terceirização. Tal dispositivo pode ser visto como uma máquina com múltiplas engrenagens, que tomam a forma de discursos, ações, palavras, práticas, legislações e políticas públicas. Essa máquina regula, organiza e produz formas de agir/ pensar/ ser/ estar no mundo.

Um dispositivo é constituído a partir de uma emergência da atualidade. Mune-se de engrenagens e, como consequência, produz alguns efeitos. O Dispositivo de Terceirização atua no micro e no macro; no macro, por exemplo, visa a organizar e regulamentar um país inteiro, e, no micro, atua nas escolas cívico-militares, terceirizando a educação e a disciplinarização aos militares.

A proliferação dos discursos militares para dentro das escolas públicas é um tema atual no país e está em evidência depois da instauração do Programa Escola Cívico-Militar. Após algumas pesquisas nas plataformas CAPES e Lume e em portal de periódicos, evidenciamos 10 novos dispositivos, criados a partir de demandas da sociedade, e podemos perceber os amplos estudos sobre Colégios Militares no Brasil. Porém, destacamos que, neste momento, não

¹² O anarquismo formulou uma crítica da dominação, fundamentada na crítica da exploração econômica dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado; da dominação cultural e ideológica, perpetrada pela religião, pela escola e, mais recentemente, pela mídia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpios_do_anarquismo. Acesso em: 20 jun 2024.

¹³ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/apos-ministro-de-bolsonaro-chamar-universidades-de-balburdia-pesquisadores-reagem/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

encontramos pesquisas em nível de mestrado e de doutorado sobre as Escolas Cívico-Militares, o que garante ineditismo a esta pesquisa.

O Brasil, diante de seu grande déficit educacional, principalmente nas escolas públicas, com situações precárias, opta por um reforço educacional que não foge ao tradicional já conhecido: a disciplinarização dos corpos. Esse conhecido meio disciplinador de corpos é visto, historicamente, como eficaz, pois um corpo dócil é considerado mais produtivo. Um reforço de vertente autônoma, que prega a liberdade, não é cogitado, uma vez que, lembramos, liberdade seria indício de “falta de controle”, anarquismo, balbúrdia. Fica a problematização: o Programa Escola Cívico-Militar, como Dispositivo de Terceirização, seria a nova tecnologia do poder da sociedade atual?

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 15 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria n. 40, de 22 de janeiro de 2021**. Altera a Portaria MEC n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3443/portaria-mec-n-40#:~:text=Altera%20a%20Portaria%20MEC%20n%C2%BA,Munic%C3%ADpios%20e%20no%20Distrito%20Federal>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria MEC n. 2.015, de 20 de novembro de 2019**. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2953/portaria-mec-n-2.015>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BAMPI, Lisete. **Governo etnomatemático: tecnologias do multiculturalismo**. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 925, de 24 de novembro de 2021. Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 44, nov. 2021. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Nov/25/para-conhecimento-geral/ibge->

portaria-no-400-de-23-de-novembro-de-2021-divulga-a-tabua-completa-de-mortalidade-ambos-os-sexo. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 205, p. 56, out. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 477 p.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Tradução e prefácio: Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega/Passagens, 1996, p. 1-5.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012, 106 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997, 153 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010, 432 p.

FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et Ecrits IV**. Paris: Gallimard, 1994, p. 708-729.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire, Population**. Cours au Collège de France – 1977-1978. Tradução: Eduardo Brandão. Paris: Gallimard, 2004, 572 p.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 572 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 296 p.

HORN, Graciela Bernardi; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. O dispositivo moralitúrgico em uma escola pública brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e233849, 2021.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre servidão voluntária**. Tradução: Eevelyn Tesche; introdução e notas: Paul Bonnefon. São Paulo: Edipro, 2017, 80 p.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar: uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PARADELA, Victor Cláudio; PIFANO, Yuri de Paiva; COSTA, Débora Vargas Ferreira. O conceito de servidão voluntária: reflexões e diálogos com a gestão de pessoas. **Revista Valore**, Volta Redonda, n. 5, edição especial, p. 2-25, 2020.

PEREIRA, Juliana Cardoso. **A Inserção das Mulheres na Ciência: Efeito de um Dispositivo de Visibilidade**. 2019. 118 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SAMPAIO, Simone Sobral. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, jul./dez. 2011.

SOUSA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT, IV. 2007, Natal. Anais. Natal: Autêntica. 2007, p. 1-13.

SPERRHAKE, Renata. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas: uma análise da “avaliação nacional da alfabetização”**. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Outros colaboradores:

Revisão textual: Martha Dreyer de Andrade Silva. E-mail: m.andradesilva@gmail.com

Enviado em: 25/02/2024 | Aprovado em: 05/07/2024

